

[Página principal](#) > [Legislação e jurisprudência](#) > **Identificador europeu da jurisprudência (ECLI)**

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI)

O identificador europeu da jurisprudência (ECLI) foi desenvolvido para facilitar a citação correta e inequívoca das decisões dos tribunais europeus e nacionais. Um conjunto de metadados uniformes ajudará a melhorar os sistemas de pesquisa de jurisprudência.

Antes da criação do ECLI, a pesquisa da jurisprudência relevante era difícil e demorada. Consideremos como exemplo um processo em que uma decisão do Supremo Tribunal do Estado-Membro A interessava à discussão de um aspeto jurídico particular. Esse processo estava registado em várias bases de dados nacionais e transnacionais mas, em cada uma delas, a decisão tinha um identificador diferente. Todos esses identificadores (quando conhecidos) tinham de ser citados por forma a permitir aos leitores da citação encontrar o processo na base de dados da sua preferência. A pesquisa era dificultada pelas diferentes regras e estilos de citação. Além disso, os utilizadores tinham que aceder a todas as bases de dados para descobrir se esse processo do Supremo Tribunal estava disponível (resumido, traduzido ou anotado). Com o sistema ECLI, uma pesquisa através de uma única interface de pesquisa e utilizando apenas um identificador bastará para encontrar todas as ocorrências da decisão em todas as bases de dados nacionais e transnacionais participantes.

O acesso mais fácil às decisões judiciais de outros Estados-Membros assume uma importância crescente no reforço do papel do juiz nacional na aplicação e garantia do respeito do direito da União Europeia. A pesquisa e a citação de decisões de outros Estados-Membros são bastante prejudicadas pelas diferenças a nível dos sistemas de identificação de jurisprudência nacionais, das regras de citação e dos campos técnicos que descrevem as características de uma decisão.

Para superar estas diferenças e permitir um acesso mais fácil à jurisprudência nacional, estrangeira e da União Europeia, e respetiva citação, o Conselho da União Europeia convidou os Estados-Membros e as instituições da UE a introduzirem o identificador europeu da jurisprudência (ECLI) e um conjunto mínimo de metadados uniformes sobre jurisprudência.

Principais características do ECLI

O ECLI consiste num identificador uniforme que tem o mesmo formato reconhecível para todos os Estados-Membros e tribunais da União Europeia. É constituído pelos cinco elementos obrigatórios seguintes:

A abreviatura 'ECLI': que individualiza o identificador como um identificador europeu da jurisprudência;

O código do país;

O código do órgão jurisdicional que proferiu a decisão;

O ano em que a decisão foi proferida;

Um numeral ordinal que não pode exceder 25 caracteres alfanuméricos, em formato a decidir por cada Estado-Membro. São autorizados pontos finais, mas não pode ser inserido mais nenhum sinal de pontuação.

Todos os componentes são separados por dois pontos. Um exemplo de um ECLI hipotético seria:

ECLI:NL:HR:2009:384425, que corresponderia à decisão n.º 384425 do Supremo Tribunal ('HR') dos Países Baixos ('NL') do ano de 2009.

Metadados

Para que a jurisprudência seja mais compreensível e mais fácil de encontrar, cada documento que contenha uma decisão judicial deve possuir um conjunto de metadados tal como descrito neste ponto. Esses metadados devem ser descritos de acordo com as normas definidas pela

[Iniciativa Dublin Core Metadata](#).

As [conclusões do Conselho em que se convida à introdução do ECLI](#), fornecem uma descrição dos metadados que podem ser utilizados.

O coordenador do ECLI

Cada Estado-Membro que utiliza o ECLI deve designar uma entidade governamental ou judicial como coordenador nacional do ECLI. O coordenador nacional do ECLI é responsável pela criação da lista de códigos para os órgãos jurisdicionais participantes, pela publicação da forma de composição do numeral ordinal e por quaisquer outras informações relevantes para o funcionamento do sistema ECLI. O coordenador do ECLI para a UE é o Tribunal de Justiça da União Europeia.

Cada Estado decide se utiliza o ECLI e em que medida, designadamente se o aplica retroativamente a registos históricos, bem assim como o número de órgãos jurisdicionais participantes (por exemplo, apenas ao nível do Supremo Tribunal, de todos os tribunais, etc.).

Dimensão europeia e internacional

Se clicar nas bandeiras de UE e internacionais disponíveis do lado direito, encontra informações sobre a utilização do ECLI por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Instituto Europeu de Patentes.

Em conformidade com as [conclusões do Conselho](#), a Comissão Europeia elaborou um [motor de busca ECLI multilingue](#) que permite aos utilizadores procurar decisões judiciais nas bases de dados de jurisprudência dos editores que aplicam a norma ECLI e facultam o acesso geral aos seus dados.

Um conversor ECLI está igualmente disponível em <https://e-justice.europa.eu/ecli/> - qualquer ECLI digitado deste modo visualizará os metadados ECLI pertinentes (caso estejam disponíveis). Por exemplo <https://e-justice.europa.eu/ecli/ECLI:NL:HR:2016:764> visualizará diretamente os metadados da decisão ECLI:NL:HR:2016:764.

Páginas dos Estados-Membros

Nas páginas dos Estados-Membros pode encontrar informações sobre:

Se o Estado-Membro já introduziu o ECLI e os metadados;

Em caso negativo: se existem planos para a sua introdução;

Em caso afirmativo: informações sobre os códigos dos órgãos jurisdicionais, regras de formatação e metadados, etc.;

O coordenador nacional do ECLI.

Para obter informações pormenorizadas sobre o direito nacional de um país, clique na respetiva bandeira.

Última atualização: 17/11/2021

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento.

Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «[advertência jurídica](#)».

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - União Europeia

O Tribunal de Justiça da União Europeia ([✉ ECLI-Coordinator@curia.europa.eu](mailto:ECLI-Coordinator@curia.europa.eu)) é o coordenador do ECLI para as jurisdições da União.

Código do país

O «código do país» para o Tribunal de Justiça da União Europeia a utilizar como segundo elemento do ECLI é: [EU]

Criação do ECLI

Elementos do ECLI necessários para identificar as decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia:

Abreviatura ECLI

Código do país: EU

Código do tribunal:

C = Tribunal de Justiça

T = Tribunal Geral

F = Tribunal da Função Pública

Ano em que a decisão foi proferida (formato AAAA)

Número do documento, composto por:

número de série da decisão por jurisdição por ano

Exemplos:

ECLI:EU:C:1998:27 é o 27.º documento do Tribunal de Justiça a que foi atribuído um ECLI em 1998

ECLI:EU:T:2012:426 é o 426.º documento do Tribunal Geral a que foi atribuído um ECLI em 2012

ECLI:EU:F:2010:80 é o 80.º documento do Tribunal da Função Pública a que foi atribuído um ECLI em 2010

Ligações conexas

 [EUR-Lex](#)

 [Curia](#)

Última atualização: 28/09/2021

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento.

Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Internacional

Instituto Europeu de Patentes

O  Instituto Europeu de Patentes (IEP) oferece aos inventores um procedimento uniforme de candidatura que lhes permite obter proteção de patentes em 40 países europeus. O IEP, supervisionado pelo Conselho de Administração, é o órgão executivo da  Organização Europeia de Patentes.

A coordenação do ECLI no Instituto Europeu de Patentes cabe ao  Serviço de Publicações.

Endereço postal

Postfach 90

1031 Wien

Áustria

Endereço

Rennweg 12

1030 Wien

Áustria

Código do país

O código do país para o Instituto Europeu de Patentes, a utilizar como segundo elemento do ECLI, é: [EP]

Criação do ECLI nacional

Elementos do ECLI necessários para identificar as decisões das Câmaras de Recurso do Instituto Europeu de Patentes:

Abreviatura ECLI

Código do país: EP

Código do tribunal: BA (BA = Câmaras de Recurso do Instituto Europeu de Patentes)

Ano em que a decisão foi proferida (formato AAAA)

Número do documento, composto por:

Número da decisão (número do processo sem a barra oblíqua). Composto por 7 algarismos --> 1 algarismo (tipo de decisão) + 4 algarismos (número da decisão) + 2 algarismos (últimos dois algarismos do ano do processo)

Códigos dos tipos de decisões do IEP:

D: Câmara de Recurso Disciplinar

G: Grande Câmara de Recurso

J: Câmara de Recurso Jurídica

T: Câmara de Recurso Técnica

W: decisões em casos de protesto

R: decisões em pedidos de revisão

Ponto

Data da decisão (formato: AAAAMMDD)

Exemplo:

ECLI:EP:BA:2002:D000300.20020503

EP = Instituto Europeu de Patentes

BA = Câmaras de Recurso do Instituto Europeu de Patentes

2002 – ano em que a decisão foi proferida (exemplo)

D000300 = D0003/00 (número da decisão)

20020503 = 2002.05.03 (data da decisão)

Utilização do ECLI

O ECLI é utilizado unicamente para identificar as decisões das câmaras de recurso do Instituto Europeu de Patentes.

A pesquisa com base no ECLI é possível graças à base de dados das decisões das referidas câmaras do IEP (cf. ligação *infra*)

Ligações conexas

[Base de dados das decisões da Câmara de Recurso do IEP](#)

[Jurisprudência das Câmaras de Recurso](#)

[Registo da Patente Europeia](#)

Última atualização: 20/05/2019

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Bélgica

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional para a Bélgica é o Serviço Público Federal de Justiça, serviços centrais ([SPF Justiça](#) - info@just.fgov.be)

Código « país »

Código ECLI do país para a Bélgica: [BE]

Criação do ECLI nacional

A catalogação ECLI foi ativada em outubro de 2017.

A Jurisprudência:

do Tribunal de Cassação,
dos Tribunais de Recurso,
dos Tribunais Superiores do Trabalho,
dos Tribunais de primeira instância,
dos Tribunais de comércio,
dos Tribunais do trabalho,

registada na [Base de dados públicos da jurisprudência belga JUPORTAL](#), está também disponível através do motor de pesquisa ECLI.

O número ECLI é composto do seguinte modo: ECLI:BE:[código do tribunal]:[ano da decisão]:[numeral de ordem]

O numeral de ordem é constituído pelos seguintes elementos, separados por pontos:

código « tipo de decisão »:

ARR para sentença/acórdão,

CONC para conclusões do Ministério Público,

DEC para decisão judiciária,

ORD para despacho,

AVIS para parecer.

Um número de série.

Até meados de novembro de 2019, este número de série era constituído pela data da decisão no formato AAAAMDD (ano-mês-dia), seguida de um ponto e de um número de sequência.

A partir de meados de novembro de 2019, o número de série dos acórdãos e conclusões do Tribunal de Cassação passou a conter também informações sobre a secção em que o processo foi julgado. O número de série é AAAAMDD (ano-mês-dia) seguido de um ponto, do código da secção, de outro ponto e de um número de sequência.

O ECLI completo de uma decisão do Ministério Público do Tribunal de Cassação, para um processo em que foi proferido um acórdão em 6 de maio de 2010, é o seguinte: ECLI:BE:CASS:2010:CONC.20100506.5

Por exemplo, o ECLI completo de um acórdão do Tribunal de Cassação de 30 de outubro de 2020 é o seguinte: ECLI: BE: CASS: 2020: ARR.20201030.1N.4

Se procura uma decisão cujo número ECLI já conhece, pode aceder diretamente à página de informação da decisão através do seguinte URL:

<https://juportal.be/content/<número ECLI>>.

Por exemplo, pode encontrar as páginas de informação dos números ECLI dados como exemplo nos seguintes endereços:

<https://juportal.be/content/ECLI:BE:CASS:2010:CONC.20100506.5>

<https://juportal.be/content/ECLI:BE:CASS:2020:ARR.20201030.1N.4>

O código do tribunal

A Bélgica tem um grande número de códigos referentes aos órgãos jurisdicionais. A lista de códigos dos órgãos jurisdicionais belgas encontra-se no quadro [em anexo](#) (276 Kb).

O sistema judiciário da Bélgica foi reformulado em 1 de abril de 2014. O quadro que se segue apresenta os nomes dos órgãos jurisdicionais antes e depois da reforma de 1 de abril de 2014.

Última atualização: 23/06/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Bulgária

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é:

Conselho Superior da Magistratura

Ul. Ekzarh Yosif 12,

Sofia 1000,

Bulgária

Sítio Web: <http://www.vss.justice.bg> vss@vss.justice.bg

Código do país

O código do país para a Bulgária é: BG

Criação de um ECLI nacional

É gerado um ECLI para cada decisão judicial publicada no portal eletrónico central dedicado à publicação de jurisprudência (<https://legalacts.justice.bg/>). A manutenção do portal é assegurada pelo coordenador do ECLI da Bulgária, ou seja, o Conselho Superior da Magistratura. A sintaxe do ECLI encontra-se especificada no capítulo VII do [Regulamento n.º 4, de 16 de março de 2017, relativo à manutenção, conservação e acesso ao registo de documentos judiciais](#).

O ECLI consiste nos elementos seguintes:

A abreviatura «ECLI»

O código do país «BG»

O código do tribunal, constituído por duas partes:

O tipo de tribunal (2 letras maiúsculas):

«CC» designa o Tribunal Constitucional

«SC» designa o Supremo Tribunal de Cassação

«SA» designa o Supremo Tribunal Administrativo

«PA» designa o Tribunal de Recurso Penal Especializado

«PC» designa o Tribunal Penal Especializado

«MA» designa o Tribunal Militar de Recurso

«MC» designa os tribunais militares

«AP» designa os tribunais de recurso

«AD» designa os tribunais administrativos

«DC» designa os tribunais distritais

«RC» designa os tribunais de comarca

Código numérico do tribunal (3 algarismos):

«000» é o número do Tribunal Constitucional

«001» é o número do Supremo Tribunal de Cassação

«002» é o número do Supremo Tribunal Administrativo

Os códigos de todos os outros tribunais encontram-se estabelecidos no anexo 9 do [Regulamento da Administração dos Tribunais](#)[1]

Exemplos:

«CC000» é o código do Tribunal Constitucional

«SC001» é o código do Supremo Tribunal de Cassação

«SA002» é o código do Supremo Tribunal Administrativo

«AP500» é o código do Tribunal de Recurso de Plovdiv

«DC530» é o código do Tribunal Distrital de Plovdiv

«RC533» é o código do Tribunal de Comarca de Plovdiv

O quadro 1 abaixo apresenta uma lista dos códigos de todos os tribunais utilizados no terceiro elemento do ECLI.

Ano da decisão judicial no formato «AAAA»

Número da decisão judicial, constituído por quatro subelementos, o último dos quais é separado dos três restantes por um ponto.

4 algarismos que indicam o ano do processo

2 algarismos que indicam o código do tipo de processo. Estes códigos encontram-se especificados no artigo 80.º, n.º 2, do [Regulamento da](#)

[Administração dos Tribunais](#) – ver quadro 2 abaixo

número do processo para o ano em causa, com 5 algarismos

número da decisão judicial proferida no processo em causa, com 3 algarismos

Exemplo do ECLI de uma decisão judicial búlgara

ECLI:BG:DC530:2017:20160100630.001

BG = Bulgária

DC530 = Tribunal Distrital de Plovdiv

2017 = Ano da decisão judicial

20160100630.001 = Primeira decisão do Tribunal Distrital de Plovdiv proferida em primeira instância num processo cível com o número 630 de 2016.

Ligações conexas

<https://legalacts.justice.bg/> – Portal eletrónico central onde é publicada a jurisprudência

<http://www.vks.bg/> – sítio Web do Supremo Tribunal de Cassação

<http://www.sac.government.bg/> – sítio Web do Supremo Tribunal Administrativo

1 Os códigos dos tribunais «000», «001» e «002» não constam do anexo n.º 9 do Regulamento da Administração dos Tribunais porque este regulamento não abrange a administração do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Cassação e do Supremo Tribunal Administrativo.

Quadro 1 – Códigos dos tribunais

Código	Tribunal
CC000	Tribunal Constitucional
SC001	Supremo Tribunal de Cassação
SA002	Supremo Tribunal Administrativo
AP100	Tribunal de Recurso de Sófia
PA101	Tribunal Penal Especializado de Recurso
PC105	Tribunal Penal Especializado
DC110	Tribunal Municipal de Sófia
RC111	Tribunal de Comarca de Sófia
DC120	Tribunal Distrital de Blagoevgrad
RC121	Tribunal de Comarca de Blagoevgrad
RC122	Tribunal de Comarca de Gotse Delchev

RC123	Tribunal de Comarca de Petrich
RC124	Tribunal de Comarca de Razlog
RC125	Tribunal de Comarca de Sandanski
DC130	Tribunal Distrital de Vidin
RC131	Tribunal de Comarca de Belogradchik
RC132	Tribunal de Comarca de Vidin
RC133	Tribunal de Comarca de Kula
DC140	Tribunal Distrital de Vratsa
RC141	Tribunal de Comarca de Byala Slatina
RC142	Tribunal de Comarca de Vratsa
RC143	Tribunal de Comarca de Knezha
RC144	Tribunal de Comarca de Kozloduy
RC145	Tribunal de Comarca de Mezdra
RC146	Tribunal de Comarca de Oryahovo
DC150	Tribunal Distrital de Kyustendil
RC151	Tribunal de Comarca de Dupnitsa
RC152	Tribunal de Comarca de Kyustendil
DC160	Tribunal Distrital de Montana
RC161	Tribunal de Comarca de Berkovitsa
RC162	Tribunal de Comarca de Lom
RC163	Tribunal de Comarca de Montana
DC170	Tribunal Distrital de Pernik
RC171	Tribunal de Comarca de Breznik
RC172	Tribunal de Comarca de Pernik
RC173	Tribunal de Comarca de Radomir
RC174	Tribunal de Comarca de Tran
DC180	Tribunal Distrital de Sófia
RC181	Tribunal de Comarca de Botevgrad
RC182	Tribunal de Comarca de Elin Pelin
RC183	Tribunal de Comarca de Etropole
RC184	Tribunal de Comarca de Ihtiman
RC185	Tribunal de Comarca de Kostinbrod
RC186	Tribunal de Comarca de Pirdop
RC187	Tribunal de Comarca de Samokov
RC188	Tribunal de Comarca de Svoqe
RC189	Tribunal de Comarca de Slivnitsa
AP200	Tribunal de Recurso de Burgas
DC210	Tribunal Distrital de Burgas
RC211	Tribunal de Comarca de Aytos
RC212	Tribunal de Comarca de Burgas
RC213	Tribunal de Comarca de Karnobat
RC214	Tribunal de Comarca de Malko Tarnovo
RC215	Tribunal de Comarca de Nesebar
RC216	Tribunal de Comarca de Pomorie
RC217	Tribunal de Comarca de Sredets
RC218	Tribunal de Comarca de Tsarevo
DC220	Tribunal Distrital de Sliven
RC221	Tribunal de Comarca de Kotel
RC222	Tribunal de Comarca de Nova Zagora
RC223	Tribunal de Comarca de Sliven
DC230	Tribunal Distrital de Yambol
RC231	Tribunal de Comarca de Elhovo
RC232	Tribunal de Comarca de Topolovgrad
RC233	Tribunal de Comarca de Yambol
AP300	Tribunal de Recurso de Varna
DC310	Tribunal Distrital de Varna
RC311	Tribunal de Comarca de Varna
RC312	Tribunal de Comarca de Devnya
RC313	Tribunal de Comarca de Provadiya
DC320	Tribunal Distrital de Dobrich

RC321	Tribunal de Comarca de Balchik
RC322	Tribunal de Comarca de General Toshevo
RC323	Tribunal de Comarca de Dobrich
RC324	Tribunal de Comarca de Kavarna
RC325	Tribunal de Comarca de Tervel
DC330	Tribunal Distrital de Razgrad
RC331	Tribunal de Comarca de Ispirih
RC332	Tribunal de Comarca de Kubrat
RC333	Tribunal de Comarca de Razgrad
DC340	Tribunal Distrital de Silistra
RC341	Tribunal de Comarca de Dulovo
RC342	Tribunal de Comarca de Silistra
RC343	Tribunal de Comarca de Tutrakan
DC350	Tribunal Distrital de Targovishte
RC351	Tribunal de Comarca de Omurtag
RC352	Tribunal de Comarca de Popovo
RC353	Tribunal de Comarca de Targovishte
DC360	Tribunal Distrital de Shumen
RC361	Tribunal de Comarca de Veliki Preslav
RC362	Tribunal de Comarca de Novi Pazar
RC363	Tribunal de Comarca de Shumen
AP400	Tribunal de Recurso de Veliko Tarnovo
DC410	Tribunal Distrital de Veliko Tarnovo
RC411	Tribunal de Comarca de Veliko Tarnovo
RC412	Tribunal de Comarca de Gorna Oryahovitsa
RC413	Tribunal de Comarca de Elena
RC414	Tribunal de Comarca de Pavlikeni
RC415	Tribunal de Comarca de Svishtov
DC420	Tribunal Distrital de Gabrovo
RC421	Tribunal de Comarca de Gabrovo
RC422	Tribunal de Comarca de Dryanovo
RC423	Tribunal de Comarca de Sevlievo
RC424	Tribunal de Comarca de Tryavna
DC430	Tribunal Distrital de Lovech
RC431	Tribunal de Comarca de Lovech
RC432	Tribunal de Comarca de Lukovit
RC433	Tribunal de Comarca de Teteven
RC434	Tribunal de Comarca de Troyan
DC440	Tribunal Distrital de Pleven
RC441	Tribunal de Comarca de Levski
RC442	Tribunal de Comarca de Nikopol
RC443	Tribunal de Comarca de Pleven
RC444	Tribunal de Comarca de Cherven Bryag
DC450	Tribunal Distrital de Ruse
RC451	Tribunal de Comarca de Byala
RC452	Tribunal de Comarca de Ruse
AP500	Tribunal de Recurso de Plovdiv
DC510	Tribunal Distrital de Kardzhali
RC511	Tribunal de Comarca de Ardino
RC513	Tribunal de Comarca de Krumovgrad
RC514	Tribunal de Comarca de Kardzhali
RC515	Tribunal de Comarca de Momchilgrad
DC520	Tribunal Distrital de Pazardzhik
RC521	Tribunal de Comarca de Velingrad
RC522	Tribunal de Comarca de Pazardzhik
RC523	Tribunal de Comarca de Panagyurishte
RC524	Tribunal de Comarca de Peshtera
DC530	Tribunal Distrital de Plovdiv
RC531	Tribunal de Comarca de Asenovrag
RC532	Tribunal de Comarca de Karlovo

RC533	Tribunal de Comarca de Plovdiv
RC534	Tribunal de Comarca de Parvomay
DC540	Tribunal Distrital de Smolyan
RC541	Tribunal de Comarca de Devin
RC542	Tribunal de Comarca de Zlatograd
RC543	Tribunal de Comarca de Madan
RC544	Tribunal de Comarca de Smolyan
RC545	Tribunal de Comarca de Chepelare
DC550	Tribunal Distrital de Stara Zagora
RC551	Tribunal de Comarca de Kazanlak
RC552	Tribunal de Comarca de Radnevo
RC553	Tribunal de Comarca de Stara Zagora
RC554	Tribunal de Comarca de Chirpan
RC555	Tribunal de Comarca de Galabovo
DC560	Tribunal Distrital de Haskovo
RC561	Tribunal de Comarca de Dimitrovgrad
RC562	Tribunal de Comarca de Svilengrad
RC563	Tribunal de Comarca de Harmanli
RC564	Tribunal de Comarca de Haskovo
RC565	Tribunal de Comarca de Ivaylovgrad
MA600	Tribunal Militar de Recurso
MC610	Tribunal Militar de Sófia
MC620	Tribunal Militar de Plovdiv
MC630	Tribunal Militar de Varna (extinto)*
MC640	Tribunal Militar de Plevén (extinto)*
MC650	Tribunal Militar de Sliven
AD701	Tribunal Administrativo do Município de Sófia
AD702	Tribunal Administrativo do Distrito de Sófia
AD703	Tribunal Administrativo de Blagoevgrad
AD704	Tribunal Administrativo de Burgas
AD705	Tribunal Administrativo de Varnas
AD706	Tribunal Administrativo de Veliko Tarnovo
AD707	Tribunal Administrativo de Vidin
AD708	Tribunal Administrativo de Vratsa
AD709	Tribunal Administrativo de Gabrovo
AD710	Tribunal Administrativo de Dobrich
AD711	Tribunal Administrativo de Kyustendil
AD712	Tribunal Administrativo de Kardzhali
AD713	Tribunal Administrativo de Lovech
AD714	Tribunal Administrativo de Montana
AD715	Tribunal Administrativo de Pazardzhik
AD716	Tribunal Administrativo de Pernik
AD717	Tribunal Administrativo de Plevén
AD718	Tribunal Administrativo de Plovdiv
AD719	Tribunal Administrativo de Razgard
AD720	Tribunal Administrativo de Ruse
AD721	Tribunal Administrativo de Silistra
AD722	Tribunal Administrativo de Sliven
AD723	Tribunal Administrativo de Smolyan
AD724	Tribunal Administrativo de Stara Zagora
AD725	Tribunal Administrativo de Targovishte
AD726	Tribunal Administrativo de Haskovo
AD727	Tribunal Administrativo de Shumen
AD728	Tribunal Administrativo de Yambol

* Os tribunais militares de Varna e de Plevén foram extintos em princípios de 2014. No entanto, os códigos destes tribunais são utilizados no ECLI das decisões judiciais publicadas até à data.

Quadro 2 – Código do tipo de processo

Código	Tipo de processo
01	Processo cível em primeira instância

02	Processo penal em primeira instância
03	Processo notarial
04	Processo executivo
05	Processo cível em segunda instância
06	Processo penal em segunda instância
07	Processo administrativo
08	Processo relativo a uma empresa
09	Processo comercial
10	Processo comercial em segunda instância
11	Processo relativo a uma empresa em segunda instância

Última atualização: 31/08/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Chéquia

Coordenador nacional do ECLI

Supremo Tribunal (*Nejvyšší soud*)

Burešova 571/20, Brno – Veveří, código postal: 657 37

República Checa

Telefone: +420 541 593 111

Fax: +420 541213493

Identificador da caixa de correio eletrónica: kccaa9t

Endereço eletrónico: podatelna@nsoud.cz (indicar ECLI no assunto)

sítio Web: <https://nsoud.cz/>

Contactos:

Petra Polišenská, Michal Ježek (a partir de 1 de agosto de 2022)

Criação do ECLI nacional (sintaxe ECLI)

O ECLI é utilizado na República Checa desde abril de 2012 para designar acórdãos do Supremo Tribunal (*Nejvyšší soud*) e, desde março de 2014, para designar acórdãos do Tribunal Constitucional (*Ústavní soud*). Atualmente, o ECLI está a ser implementado a nível do Supremo Tribunal e dos tribunais regionais. Os acórdãos aos quais tenha sido atribuído um identificador ECLI podem também ser pesquisados utilizando o identificador nos sítios Web dos tribunais (acórdãos do Supremo Tribunal em <https://nsoud.cz/> e acórdãos do Tribunal Constitucional em <http://nalus.usoud.cz/>).

Código do país

[CZ] código do país para a República Checa.

Códigos dos tribunais

[NS]: *Nejvyšší soud* (Supremo Tribunal da República Checa).

[US]: *Ústavní soud* (Tribunal Constitucional da República Checa).

Exemplo de ECLI de decisões judiciais checas

ECLI:CZ:NS:2012:[número do processo].1

[CZ] código do país (CZ para a República Checa);

[NS] é o código do tribunal que proferiu o acórdão (NS para Supremo Tribunal – Nejvyšší soud);

[2012] indica o ano em que o acórdão foi proferido;

[número do processo] sem espaços nem barras, estes são substituídos por pontos;

O número [1] é o número ordinal de uma decisão com o mesmo número de processo. A inclusão do número ordinal garante que o mesmo ECLI não é utilizado para designar mais de um acórdão de um tribunal no mesmo ano.

Ligações úteis

<https://nsoud.cz/>

<http://nalus.usoud.cz/>

Última atualização: 28/04/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Dinamarca

Coordenador nacional do ECLI

Administração dos Tribunais (*Domstolsstyrelsen*)

St. Kongensgade 1-2

1264 København K.

Tel: 70 10 33 22

post@domstolsstyrelsen.dk

Código do país

O código da Dinamarca é: [DK]

Criação do ECLI nacional

Serão fornecidas informações numa fase posterior.

Última atualização: 24/10/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Alemanha

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador do ECLI designado da Alemanha é:

Serviço Federal de Justiça (*Bundesamt für Justiz*)

Unidade VII 1

Adenauerallee 99-103

53113 Bonn

Alemanha

Tel.: +49 228 99410-5801

Correio eletrónico: kompetenzzentrum-ris@bfj.bund.de

<https://www.bundesjustizamt.de>

Introdução e atribuição do ECLI na Alemanha

Na Alemanha, o Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), o Tribunal Federal de Justiça (*Bundesgerichtshof*), o Tribunal Administrativo Federal (*Bundesverwaltungsgericht*), o Tribunal Fiscal Federal (*Bundesfinanzhof*), o Tribunal Federal do Trabalho (*Bundesarbeitsgericht*), o Tribunal Social Federal (*Bundessozialgericht*) e os órgãos jurisdicionais dos *Länder* introduziram o ECLI nas respetivas bases de dados de decisões. Desde a introdução deste identificador, é atribuído um ECLI a todas as decisões publicadas nos sítios Web destes órgãos jurisdicionais. Para mais informações, consultar:

Tribunal Constitucional Federal

<http://www.bundesverfassungsgericht.de> (está prevista a atribuição retroativa de ECLI a todas as decisões publicadas);

Tribunal Federal de Justiça

<http://www.bundesgerichtshof.de> (decisões publicadas no sítio Web do Tribunal Federal de Justiça desde 1 de janeiro de 2016);

Tribunal Administrativo Federal

<http://www.bundesverwaltungsgericht.de> (todas as decisões publicadas no sítio Web do Tribunal Administrativo Federal);

Tribunal Fiscal Federal

<http://www.bundesfinanzhof.de> (decisões publicadas no sítio Web do Tribunal Fiscal Federal desde 4 de outubro de 2016);

Tribunal Federal do Trabalho

<http://www.bundesarbeitsgericht.de> (decisões proferidas depois de 1 de janeiro de 2015);

Tribunal Social Federal

<http://www.bundessozialgericht.de> (decisões publicadas no sítio Web do Tribunal Social Federal desde 1 de janeiro de 2010);

Órgãos jurisdicionais dos *Länder*

<http://www.justiz.de/onlinedienste/rechtsprechung/index.php>.

Pode também utilizar o [motor de pesquisa ECLI da UE](#) para procurar decisões do Tribunal Constitucional Federal e do Tribunal Administrativo Federal às quais tenha sido atribuído um ECLI.

Estrutura dos ECLI

Geral

O ECLI é constituído por cinco partes, separadas entre si por dois pontos. Os ECLI atribuídos pela Alemanha começam sempre por ECLI (), seguido por DE para Alemanha (). A terceira parte, que corresponde ao código do órgão jurisdicional (), indica o órgão jurisdicional que proferiu a decisão (por exemplo, BVerfG para o Tribunal Constitucional Federal). A quarta parte () indica o ano em que a decisão foi proferida e consiste numa sequência de quatro algarismos (no formato AAAA, por exemplo 2016).

ECLI : DE : BVerfG : 2016 : b s 20160301 c . 2bvb000113

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨

Os órgãos jurisdicionais geram a parte final, que corresponde ao número ordinal (de em diante), de acordo com as suas próprias regras. Os códigos dos órgãos jurisdicionais e os números ordinais utilizados por cada órgão jurisdicional são explicados separadamente em baixo.

Dados relativos a cada órgão jurisdicional

Tribunal Constitucional Federal

O código deste órgão jurisdicional () é sempre BVerfG. O número ordinal consiste nas partes a . A penúltima e a última parte são separadas por um ponto.

Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Tipo de procedimento:

b	Declaração de inconstitucionalidade de atos praticados por uma ou mais partes
c	Recurso de uma decisão proferida no contexto de um litígio eleitoral
e	Processo de resolução de conflitos entre órgãos constitucionais
f	Fiscalização jurisdicional abstrata
g	Litígios entre o Governo Federal e os <i>Länder</i>
h	Outros litígios entre o Governo Federal e os <i>Länder</i>
k	Litígios relativos à constituição de um <i>Land</i>
l	Fiscalização jurisdicional concreta
m	Fiscalização do direito internacional enquanto direito federal
n	Interpretação da Lei Fundamental na sequência de reenvio pelo tribunal constitucional de um <i>Land</i>
p	Decisões sobre outras questões que lhe sejam submetidas por força de uma lei federal
q	Medidas provisórias

r	Queixas constitucionais
up	Decisões judiciais proferidas em plenário
vb	Queixas sobre atrasos judiciais

Abreviaturas que indicam a formação do órgão jurisdicional: «k» para as decisões proferidas por uma câmara ou «s» para as decisões proferidas por um «senado» (secção) (não existe uma indicação específica para as decisões proferidas em plenário ou para as queixas sobre atrasos judiciais; nestes casos, a formação do órgão jurisdicional é indicada implicitamente pelas abreviaturas «up» e «vb»).

Data exata da decisão no formato AAAAMDD.

Facultativo: um caráter distintivo adicional (atribuído por ordem alfabética de a a z), se as decisões forem proferidas pelo mesmo órgão jurisdicional, na mesma data e se a referência do processo for a mesma (exemplo: decisão de prorrogação de medidas provisórias e decisão sobre o mérito com a mesma data e/ou o mesmo número de referência). Só é adicionado um caráter distintivo quando tal for necessário para evitar a atribuição de ECLI ambíguos.

Referência principal do processo (constituída pelo identificador da secção, a referência de registo, o número de entrada e o ano de entrada no formato AA). Não existem espaços entre o identificador da secção e a referência de registo, nem entre a referência de registo e o número de entrada. A barra oblíqua entre o número de entrada e o ano de entrada também é omitida no ECLI. O número de entrada é sempre apresentado como um número com quatro algarismos num ECLI. Se necessário, são inseridos zeros à esquerda do número de entrada. Deste modo, os dois últimos algarismos representam sempre o ano de entrada.

Exemplo:

O ECLI da decisão do 2.º senado do Tribunal Constitucional Federal de 1 de março de 2016, com a referência do processo 2 BvB 1/13 é:

ECLI : DE : BVerfG : 2016 : b s 20160301 c . 2bvb000113

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨

O caráter adicional c indica que corresponde à quarta decisão com um ECLI em tudo o mais idêntico.

Tribunal Federal de Justiça

O código do órgão jurisdicional () é sempre BGH. O número ordinal consiste nas partes a . As partes e são separadas por um ponto. Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Abreviatura que indica o tipo de decisão [U para acórdão (*Urteil*), B para decisão (*Beschluss*), V para despacho (*Verfügung*), S para outro].

Referência principal do processo (constituída pelo identificador da secção, a referência de registo, o número de entrada e o ano de entrada no formato AA). Não existem espaços entre o identificador da secção e a referência de registo, nem entre a referência de registo e o número de entrada. A barra oblíqua entre o número de entrada e o ano de entrada é substituída por um ponto.

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um caráter distintivo adicional (atribuído consecutivamente de 0 a 9).

Exemplo:

O ECLI de uma decisão da 2.ª secção criminal do Tribunal Federal de Justiça de 15 de março de 2016 com a referência de processo 2 StR 487/15 é:

ECLI : DE : BGH : 2016 : 150316 B 2STR487.15 . 2

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧

O caráter adicional 2 indica que esta é a terceira decisão com um ECLI em tudo o mais idêntico.

Tribunal Administrativo Federal

O código do órgão jurisdicional () é sempre BVerwG. O número ordinal consiste nas partes a . As partes e são separadas por um ponto, a menos que tenha sido atribuído o sufixo D à referência do processo (proteção judicial em caso de procedimentos judiciais excessivamente morosos), caso em que não existe um ponto entre a referência do processo () e o caráter distintivo adicional (). Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Abreviatura que indica o tipo de decisão [U para acórdão (*Urteil*), B para decisão (*Beschluss*), G para despacho (*Gerichtsbescheid*)]

Referência principal do processo (constituída pelo identificador da secção, a referência de registo, o número de entrada e o ano de entrada no formato AA). Não existem espaços entre o identificador da secção e a referência de registo, nem entre a referência de registo e o número de entrada. Nas referências de processos mais antigos, é utilizada uma barra oblíqua entre o número de entrada e o ano de entrada; nos ECLI, esta barra é substituída por um ponto.

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um caráter distintivo adicional (atribuído consecutivamente de 0 a 9).

Exemplo:

O ECLI do acórdão da 9.ª secção do Tribunal Administrativo Federal de 17 de abril de 2002 com a referência de processo 9 CN 1/01 é:

ECLI : DE : BVerwG : 2002 : 170402 U 9CN1.01 . 0

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧

Tribunal Fiscal Federal

O código do órgão jurisdicional () é sempre BFH. O número ordinal consiste nas partes a . Cada parte é separada das restantes por um ponto. Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Abreviatura que indica o tipo de decisão:

VE	Pedido de decisão prejudicial apresentado ao Tribunal de Justiça da UE
----	--

VV	Reenvio para o Tribunal Constitucional Federal
BA	Decisão proferida num procedimento cautelar: requerimento de suspensão da execução [A1] e recurso de uma decisão de suspensão da execução [A2]
B	Decisão, salvo se tiver sido atribuída a abreviatura BA
U	Acórdão/sentença, despacho judicial juridicamente vinculativo, despacho interlocutório, etc.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Referência principal do processo (constituída pelo identificador da secção, a referência de registo, o número de entrada e o ano de entrada no formato AA). Não existem espaços entre o identificador da secção e a referência de registo, nem entre a referência de registo e o número de entrada. A barra oblíqua entre o número de entrada e o ano de entrada é substituída por um ponto.

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um carácter distintivo adicional (atribuído consecutivamente de 0 a 9).

Exemplo:

O ECLI do acórdão da 10.ª secção do Tribunal Fiscal Federal de 1 de junho de 2016 com a referência de processo X R 66/14 é:

ECLI : DE : BFH : 2016 : U . 010616 . XR66.14 . 0

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧

Tribunal Federal do Trabalho

O código do órgão jurisdicional () é sempre BAG. O número ordinal consiste nas partes a . Cada parte é separada das restantes por um ponto. Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Abreviatura que indica o tipo de decisão [U para acórdão (*Urteil*), B para decisão (*Beschluss*).

Referência principal do processo (constituída pelo identificador da secção, a referência de registo, o número de entrada e o ano de entrada no formato AA). Não existem espaços entre o identificador da secção e a referência de registo, nem entre a referência de registo e o número de entrada. A barra oblíqua entre o número de entrada e o ano de entrada é substituída por um ponto.

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um carácter distintivo adicional (atribuído consecutivamente de 0 a 9).

Exemplo:

O ECLI do acórdão da 10.ª secção do Tribunal Federal do Trabalho de 7 de janeiro de 2015 com a referência de processo 10 AZB 109/14 é:

ECLI : DE : BAG : 2015 : 070115 . B . 10AZB109.14 . 0

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧

Tribunal Social Federal

O código do órgão jurisdicional () é sempre BSG. O número ordinal consiste nas partes a . Não existe qualquer tipo de separação entre as partes. Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Abreviatura que indica o tipo de decisão [U para acórdão (*Urteil*), B para decisão (*Beschluss*).

Referência principal do processo (constituída por B para Tribunal Social Federal, o identificador da secção, o identificador do campo, o número de entrada no campo relevante e o registo associado, o ano de entrada no formato AA e a referência do registo). São omitidos os elementos não alfanuméricos da referência do processo.

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um carácter distintivo adicional (atribuído consecutivamente de 0 a 9).

Exemplo:

O ECLI do acórdão da 3.ª secção do Tribunal Social Federal de 25 de janeiro de 2017 com a referência de processo B 3 P 2/15 R é:

ECLI : DE : BSG : 2017 : 250117 U B3P215R 0

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧

Órgãos jurisdicionais dos Länder

Os códigos dos órgãos jurisdicionais que são admissíveis () encontram-se enumerados no [quadro em anexo](#) (52 KB) [de](#). O número ordinal consiste nas partes a . Cada parte é separada das restantes por um ponto. Os elementos exatos do número ordinal são explicados pormenorizadamente em baixo.

Data exata da decisão no formato DDMMAAAA.

Referência do processo (ou referências do processo, caso existam várias referências) até 17 caracteres, começando pelo primeiro carácter da referência principal. Se existir um ponto a seguir ao 17.º carater, esse ponto é omitido. Os tremas são substituídos (ä = AE, ö = OE, ü = UE) e os caracteres não alfanuméricos, como espaços ou barras oblíquas, são omitidos. Se esta omissão resultar na apresentação consecutiva de números ou letras, estes são separados por um ponto (por exemplo, 9 C 1023/12 passa a 9C1023.12).

Quando são proferidas várias decisões do mesmo tipo, na mesma data e com a mesma referência do processo, é sempre utilizado um código distintivo adicional com dois algarismos (atribuído consecutivamente de 00 a 99).

Exemplo:

O ECLI da decisão da 6.ª grande secção para as contraordenações económicas do Tribunal Regional de Estugarda de 26 de janeiro de 2015 com a referência de processo 6 KLS 34 Js 2588/10 é:

ECLI : DE : LGSTUTT : 2015 : 0126 . 6KLS34JS2588.10 . 00

① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦

Última atualização: 08/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Estónia

Desde 2018, é possível pesquisar a jurisprudência estónia em vigor que está publicada, através do ECLI, o Identificador Europeu da Jurisprudência. É mais fácil e mais rápido pesquisar a jurisprudência estónia utilizando este identificador. A adoção do ECLI também apoia a aplicação das políticas de livre acesso aos dados. O identificador ECLI foi igualmente adicionado à página de metadados da jurisprudência, que abre nos resultados de pesquisa.

Desde o segundo semestre de 2016, o identificador ECLI consta de toda a jurisprudência do Supremo Tribunal e dos tribunais de comarca e distritais.

Desde o segundo semestre de 2016, é atribuído um identificador ECLI à jurisprudência publicada, com um número constituído por cinco componentes separados por dois pontos (por exemplo: ECLI:EE:RK:2016:1.16.2798.84).

ECLI – Identificador Europeu da Jurisprudência; EE – código de identificação do país; RK – código de identificação do tribunal; 2016 – ano da publicação; 1.16.2798.84 – (por exemplo: 1-16-2798/84) no número do processo judicial, os símbolos «-» e «/» são substituídos por pontos e o número de controlo sequencial «84» é aditado no fim.

O número ECLI também pode ser utilizado como URL, podendo ser efetuadas pesquisas aplicando a seguinte lógica (em que «*kohtulahendid*» significa «jurisprudência»):

.../kohtulahendid/eccli/ECLI:EE – toda a jurisprudência com um identificador ECLI

.../kohtulahendid/eccli/ECLI:EE:RK:2016 – toda a jurisprudência do Supremo Tribunal em 2016

.../kohtulahendid/eccli/ECLI:EE:RK:2016:1.16.2798.84 – um acórdão específico do Supremo Tribunal

Os códigos de identificação dos tribunais são os seguintes:

RK – Supremo Tribunal

TLRK – Tribunal Distrital de Taline

TRRK – Tribunal Distrital de Tartu

TLHK – Tribunal Administrativo de Taline

TRHK – Tribunal Administrativo de Tartu

HMK – Tribunal de Comarca de Harju

PMK – Tribunal de Comarca de Pärnu

TMK – Tribunal de Comarca de Tartu

VMK – Tribunal de Comarca de Viru

Última atualização: 07/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Irlanda

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é o Ministério da Justiça.

Código do país

O código do país para a Irlanda é: [IE]

Implementação do ECLI a nível nacional

Atualmente, não é possível construir um ECLI com base na informação disponibilizada ao público. A estrutura exata do ECLI ainda está a ser estudada e não se encontra concluída.

Última atualização: 23/04/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Grécia

A Grécia participa atualmente no sistema ECLI por intermédio do [Conselho de Estado](#) (*Symvoulio tis Epikrateias*).

Não existe uma base de dados eletrónica unificada que reúna todas as decisões proferidas pelos órgãos jurisdicionais nacionais.

Existem várias bases de dados eletrónicas de jurisprudência em linha, nomeadamente:

do [Supremo Tribunal Helénico](#) (*Areiós Págos*), contendo apenas a sua jurisprudência,

do [Conselho de Estado](#), contendo apenas as decisões dos tribunais administrativos,

do [Tribunal Administrativo de Primeira Instância de Pireu](#) (*Protodikeio Peiraiós*), contendo apenas a sua jurisprudência.

Existem ainda bases de dados de acesso pago.

Por exemplo:

da [Ordem dos Advogados de Atenas](#) (*Dikigorikós Sýllogos Athinón*),

da empresa [Intracom Services](#) (privada).

Última atualização: 12/03/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Espanha

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é o CENDOJ ((*CENTRO DE DOCUMENTACION JUDICIAL*), o Centro de Documentação Judiciária, um órgão técnico no Conselho Geral do poder judicial: cendoj.ecli@cgpj.es.

Código do país

O código para Espanha é: [ES]

Criação do ECLI nacional

O ECLI foi introduzido em Espanha em novembro de 2012.

A introdução do ECLI foi possível devido ao facto de, desde o início do projeto ECLI em 27 de outubro de 2011, a jurisprudência em Espanha dispor já de um registo nacional, chamado ROJ (*Repositorio Oficial de Jurisprudencia*) — A compilação oficial de jurisprudência, que identifica as decisões proferidas por todos os órgãos jurisdicionais espanhóis, dos Tribunais de Primeira Instância para o Supremo Tribunal de Justiça.

Através do sítio Web <https://www.poderjudicial.es>, oferecemos a todos os cidadãos o livre acesso às decisões proferidas por todos os órgãos jurisdicionais espanhóis, que consistem num total de 5 600 000 decisões, um número que aumenta todos os anos. Os juízes/altos magistrados, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais têm acesso a um ambiente restrito com informações adicionais e hiperligações para a jurisprudência do Tribunal Constitucional (*Tribunal Constitucional*), ao Tribunal de Justiça da União Europeia, bem como à legislação nacional e internacional e doutrina: <https://www.poderjudicial.es>.

Mantemos atualmente o ROJ enquanto identificador nacional — Cendoj ID — como o organismo oficial de divulgação da jurisprudência espanhola e o ECLI a nível europeu. No portal eletrónico da justiça, temos, assim, desde 2014, 2 500 000 decisões do Supremo Tribunal de Justiça (*Tribunal Supremo*), da Audiência Nacional (*Audiencia Nacional*), dos Tribunais Superiores de Justiça (*Tribunales Superiores de Justicia*) e dos Tribunais Provinciais (*Audiencias Provinciales*), bem como uma seleção de acórdãos dos Tribunais de Primeira Instância (*Primera Instancia*) que sejam de interesse ou tenham um impacto social. O número de decisões aumenta todos os dias, dado que são introduzidas no sistema. O processo de integração do ECLI foi concluído com êxito em Espanha, e somos atualmente um dos parceiros do projeto BO-ECLI.

O ECLI em Espanha consiste nos seguintes domínios:

«ECLI»;

O código do país: «ES»

O código do órgão jurisdicional: um acrónimo para indicar o tribunal em que foi proferida a decisão. — ver a secção «códigos ECLI do Tribunal»;

O ano da decisão;

Um número de série que, no caso da Espanha, é o número sequencial do identificador nacional ROJ. Isto significa que, quando se atribui um registo do ROJ a uma decisão, é possível automaticamente atribuir-lhe o correspondente identificador ECLI.

Além disso, no caso dos Autos, a letra «A» é aditada ao final do número sequencial.

EXEMPLOS:

onde se encontra o ROJ: a jurisprudência do registo nacional.

1) * Acórdão da Audiência Nacional, em 30 de maio de 2014. Câmara Penal, com o ROJ [SAN 2389/2014](#)

O ECLI correspondente é:

ECLI:ES:AN:2014:2389

2) * Acórdão do Tribunal Superior de Justiça, em 15 de abril de 2011. Câmara de Recurso de Burgos (Comunidade Autónoma de Castela e Leão, com ROJ: STSJ CL 782/2011

O ECLI correspondente é:

ECLI:ES:AN:2011:782

3) Decisão da Audiência Nacional, Câmara Penal, de 29 de outubro de 2015, com ROJ: ANN 199/2015

O ECLI correspondente é:

ECLI:ES:AN:2015:2389

O código do órgão jurisdicional:

Em Espanha, o código do órgão jurisdicional do ECLI é representado de acordo com o acrónimo do tribunal que proferiu a decisão e que corresponde ao constante do acórdão do identificador nacional ROJ.

ACRÓNIMO	NOME
-----	-----
TS	Supremo Tribunal
AN	Audiência Nacional
TSJAND	Tribunal Superior de Justiça da Andaluzia
TSJAR	Tribunal Superior de Justiça de Aragão
TSJAS	Tribunal Superior de Justiça das Astúrias
TSJBAL	Tribunal Superior de Justiça das Ilhas Baleares
TSJICAN	Tribunal Superior de Justiça das Canárias
TSJCANT	Tribunal Superior de Justiça de Cantábria
TSJCL	Tribunal Superior de Justiça de Castela e Leão
TSJ CLM	Tribunal Superior de Justiça de Castela-Mancha
TSJCAT	Tribunal Superior de Justiça da Catalunha
TSJCV	Tribunal Superior de Justiça de Valencia
TSJEXT	Tribunal Superior de Justiça da Estremadura
TSJGAL	Tribunal Superior de Justiça da Galiza
TSJLR	Tribunal Superior de Justiça da Rioja
TSJMAD	Tribunal Superior de Justiça de Madrid
TSJMU	Tribunal Superior de Justiça de Múrcia
TSJNAV	Tribunal Superior de Justiça de Navarra

TSJPV	Tribunal Superior de Justiça do País Basco
TSJCE	Tribunal Superior de Justiça de Ceuta
TSJML	Tribunal Superior de Justiça de Melilha
APVI	Tribunal Provincial de Álava
APAB	Tribunal Provincial de Albacete
APA	Tribunal Provincial de Alicante
APAL	Tribunal Provincial de Almería
APAV	Tribunal Provincial de Ávila
APBA	Tribunal Provincial de Badajoz
APIB	Tribunal Provincial das Ilhas Baleares
APB	Tribunal Provincial de Barcelona
APBU	Tribunal Provincial de Burgos
APCC	Tribunal Provincial de Cáceres
APCA	Tribunal Provincial de Cadiz
APCS	Tribunal Provincial de Castelo
APCR	Tribunal Provincial da Cidade Real
APCO	Tribunal Provincial de Córdoba
APC	Tribunal Provincial da Corunha
APCU	Tribunal Provincial de Cuenca
APGI	Tribunal Provincial de Girona
APGR	Tribunal Provincial de Granada
APGU	Tribunal Provincial de Guadalajara
APSS	Tribunal Provincial de Guipúscoa
APH	Tribunal Provincial de Huelva
APHU	Tribunal Provincial de Huesca
APJ	Tribunal Provincial de Jaen
APLE	Tribunal Provincial de Leão
APL	Tribunal Provincial de Lérida
APLO	Tribunal Provincial de Rioja
APLU	Tribunal Provincial de Lugo
APM	Tribunal Provincial de Madrid
APMA	Tribunal Provincial de Málaga
APMU	Tribunal Provincial de Múrcia
APNA	Tribunal Provincial de Navarra
APOU	Tribunal Provincial de Ourense
APO	Tribunal Provincial das Astúrias
APP	Tribunal Provincial de Palencia
APGC	Tribunal Provincial de Las Palmas
APPO	Tribunal Provincial de Pontevedra
APSA	Tribunal Provincial de Salamanca
APTF	Tribunal da Província de Santa Cruz de Tenerife
APS	Tribunal Provincial de Cantábria
APSG	Tribunal Provincial de Segóvia
APSE	Tribunal Provincial de Sevilha
APSO	Tribunal Provincial de Sória
APT	Tribunal Provincial de Tarragona
APTE	Tribunal Provincial de Teruel
APTO	Tribunal Provincial de Toledo
APV	Tribunal Provincial de Valencia
APVA	Tribunal Provincial de Valladolid
APBI	Tribunal Provincial de Biscaia
APZA	Tribunal Provincial de Samora
APZ	Tribunal Provincial de Saragoça
APCE	Tribunal Provincial de Ceuta
APML	Tribunal Provincial de Melilha
JPII	Tribunal de Primeira Instância e Tribunal Penal local
JPI	Tribunal de Primeira Instância
JI	Tribunal Penal local
JSO	Tribunal para Assuntos Sociais
JCA	Tribunal Administrativo de Recursos

JM	Tribunal Comercial
JVM	Tribunal em matéria de violência contra as mulheres
JP	Tribunal Penal
JVP	Tribunal com funções especiais em matéria de sentenças penais
JME	Tribunal de Menores
JF	Tribunal de Família

Última atualização: 26/02/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - França

Coordenador nacional do ECLI

A Direção de Informação Legal e Administrativa ([DILA](#)) foi designada coordenadora nacional do ECLI para França pela Secretaria-Geral do Governo.

Código do «país»

O código do «país» para França é: [FR]

Criação de um ECLI nacional

Os órgãos jurisdicionais superiores franceses abrangidos pelo ECLI são os seguintes:

Conselho Constitucional;

Tribunal de Cassação;

Conselho de Estado.

O ECLI divide-se em cinco partes, das quais as duas primeiras são constantes para um dado Estado-Membro:

ECLI:FR:{código_órgão jurisdicional}:{ano da decisão}:{número de ordem}

Cada órgão jurisdicional adotou um código, assim como regras para a criação de números de ordem.

O código do ano da decisão é sempre constituído por 4 carateres numéricos, com o formato AAAA; por exemplo, 2012.

1. Conselho Constitucional

O código de órgão jurisdicional é sempre CC.

A forma genérica do ECLI é, portanto, a seguinte:

ECLI:FR:CC:{ano da decisão}:{número de ordem}

O número de ordem é composto por dois elementos separados por um ponto:

o número de série do tipo de decisão (número que começa do 1 todos os anos);

o tipo de decisão (DC, QPC, AN etc.). [Cf. lista dos tipos](#).

Por exemplo:

O ECLI da Decisão n.º 2012-270 QPC, de 27 de julho de 2012, será ECLI:FR:CC:2012:2012.270.QPC.

2. Tribunal de Cassação

O código de órgão jurisdicional é sempre CCASS.

A forma genérica do ECLI é, portanto, a seguinte:

ECLI:FR:CCASS:{ano da decisão}:{número de ordem}

O número de ordem é composto por dois elementos conexos:

um código da composição do tribunal, estabelecido para o ECLI (dois carateres alfanuméricos determinados pelo quadro seguinte):

AP	ASSEMBLEIA PLENÁRIA
AV	PARECER
C1	PRIMEIRO JUÍZO CÍVEL
C2	SEGUNDO JUÍZO CÍVEL
C3	TERCEIRO JUÍZO CÍVEL
CO	JUÍZO COMERCIAL
CR	JUÍZO CRIMINAL
MI	JUÍZO MISTO
OR	DESPACHO DO PRIMEIRO PRESIDENTE
SO	JUÍZO SOCIAL

Este código assenta na exploração de um número de gestão interno composto por 8 carateres:

um caráter corresponde ao código da composição do tribunal;

dois carateres numéricos correspondem ao ano da decisão;

cinco carateres numéricos correspondem ao número de série do ano para a composição em causa.

Exemplo: O acórdão de 27 de fevereiro de 2013 do Juízo Criminal do Tribunal de Cassação tem como n.º de recurso 12-81.063 e como número de gestão C1300710. A parte 1/ do número de ordem deste acórdão será CR, correspondente a «juízo criminal».

Os 5 últimos carateres numéricos do número de gestão.

No nosso exemplo, a parte 2/ do número de ordem será 00710. Por extenso, o ECLI do acórdão proferido pelo Juízo Criminal do Tribunal de Cassação em 27 de fevereiro de 2013 sob o n.º de recurso 12-81063 será ECLI:FR:CCASS:2013:CR00710.

3. Conselho de Estado

O Conselho de Estado utiliza um código de órgão jurisdicional que identifica o tipo de composição do tribunal: a raiz CE está associada a diversas letras, conforme a seguir se indica:

Plenário	CEASS
Despacho	CEORD

Secção de contencioso	CESEC
Subsecção única	CESJS
Subsecções reunidas	CESSR
Juízo único	CECHS
Juízos reunidos	CECHR

O código CE não é utilizado isoladamente.

A forma genérica é, portanto, a seguinte:

ECLI:FR:CE...:{ano da decisão}:{número de ordem}

Também aqui, o número de ordem é composto por dois elementos separados por um ponto:

o número de pedido da decisão;

a data de leitura da decisão, com o formato AAAAMMDD.

Por exemplo:

O ECLI da Decisão do Conselho de Estado n.º 355099 de 1 de março de 2013, proferida pelas 3.ª e 8.ª subsecções reunidas, será ECLI:FR:CESSR:2013:355099.20130301.

Última atualização: 04/08/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Croácia

Desde 18 de janeiro de 2017, a República da Croácia começou a aplicar o identificador europeu da jurisprudência (European Case Law Identifier – ECLI) às decisões judiciais contidas na [base de dados de decisões judiciais](#) cuja gestão é assegurada pelo Supremo Tribunal (Vrhovni sud) da República da Croácia, atualmente acessível apenas no sítio Web do próprio tribunal. Uma vez que dispõem agora do identificador ECLI, as decisões judiciais publicadas estão acessíveis através do motor de pesquisa do Portal Europeu da Justiça (European search engine of the European e-Justice Portal – ESE EEJP). Os cidadãos e os profissionais da justiça de outros Estados-Membros da UE podem, por conseguinte, consultar facilmente a referida base de dados de decisões judiciais, da mesma forma que os cidadãos e profissionais da justiça croatas podem pesquisar decisões proferidas por tribunais de outros Estados-Membros.

Última atualização: 01/06/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Itália

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI ainda não foi nomeado. Por enquanto, a coordenação é assegurada pela Direção-Geral dos Sistemas de Informação Automatizados (DGSIA) do Ministério da Justiça.

Código do país

O código do país para a Itália é: [IT].

Implementação do ECLI a nível nacional

No âmbito das atividades da fasepiloto atualmente em curso, está a ser elaborada uma proposta sobre a introdução do ECLI. Mais concretamente, estão a ser definidas regras sobre a composição do número ordinal dos documentos da jurisprudência, tal como estipulado na norma ECLI, através da utilização de um conjunto de metadados acessíveis para garantir que cada número de identificação é único.

Última atualização: 13/10/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Chipre

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é o Departamento de Publicações Jurídicas (e-mail: publicationsc@sc.judicial.gov.cy).

Código do país

O código do país para o Chipre é: [CY]

Implementação do ECLI a nível nacional

O formato preciso do ECLI ainda não foi decidido, encontrando-se em fase de estudo.

Última atualização: 11/03/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Letónia

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é a [Administração dos Tribunais](#) (*Tiesu administrācija*).

Endereço eletrónico: pasts@ta.gov.lv

Código do país

O código do país para a Letónia é: [LV]

Criação do ECLI nacional

O ECLI foi introduzido na Letónia em setembro de 2017. Um ECLI é atribuído a todas as decisões judiciais registadas no sistema de informação judicial, com exceção das decisões tomadas sob a forma de resolução e decisões de juízes de instrução. As decisões acessíveis ao público são publicadas no sítio Web <https://www.elieta.lv/web/>.

Estrutura dos elementos do código ECLI letão

ECLI:LV:AAAAAA:BBBB:CCDD.E12345678.90.FF, sendo:

ECLI a designação constante do Identificador Europeu da Jurisprudência;

LV é um código invariável do país: código internacional da República da Letónia;

AAAAAA é o código do tribunal;

BBBB é o ano da decisão;

CCDD.E12345678.90 é o número de ordem da decisão, em que:

CC são os dois algarismos do mês em que a decisão foi adotada;

DD são os dois algarismos do dia em que a decisão foi adotada;

E12345678 o número do processo ou, na sua falta, o número do pedido ou o número de registo do pedido;

90 é o número de ordem da decisão no caso de um pedido ou exame de um pedido, se não existir número do processo;

FF o tipo de decisão [RS (sessão de ação - rīcības sēde), L (decisão - lēmums), S (acórdão ou sentença - spriedums), BL (decisão incidental - blakuslēmums)].

Por exemplo: Decisão ECLI:LV:RAT:2016:1201.C28087609.1.S (ECLI é o Identificador Europeu da Jurisprudência, LV é o código internacional da República da Letónia, RAT é o código do Tribunal Regional de Riga [*Rīgas apgabaltiesa*], 2016 é o ano da decisão, 1201 é a data da decisão [1 de dezembro], C28087609 é o número do processo de acordo com a metodologia exposta na presente secção, 1 é o número da ordem da decisão e S indica que o tipo de decisão é um acórdão ou sentença [spriedums]).

Códigos dos tribunais letões

Código do tribunal	Denominação
AT	Supremo Tribunal (<i>Augstākā Tiesa</i>)
KUAT	Tribunal regional de Kurzeme (<i>Kurzemes apgabaltiesa</i>)
LAAT	Tribunal regional de Latgale (<i>Latgales apgabaltiesa</i>)
RAT	Tribunal regional de Riga (<i>Rīgas apgabaltiesa</i>)
IVA	Tribunal regional de Vidzeme (<i>Vidzemes apgabaltiesa</i>)
ZAT	Tribunal regional de Zemgale (<i>Zemgales apgabaltiesa</i>)
ADRJJTN	Palácio da Justiça de Jelgava do Tribunal Administrativo de Círculo (<i>Administratīvā rajona tiesa Jelgavas tiesu nams</i>)
ADRJLTN	Palácio da Justiça de Liepāja (<i>Liepājas tiesu nams</i>) do Tribunal Administrativo de Círculo (<i>Administratīvā rajona tiesa</i>)
ADRJRTN	Palácio da Justiça de Rēzekne (<i>Rēzeknes tiesu nams</i>) do Tribunal Administrativo de Círculo (<i>Administratīvā rajona tiesa</i>)
ADRJRIT	Palácio da Justiça de Riga (<i>Rīgas tiesu nams</i>) do Tribunal Administrativo de Círculo (<i>Administratīvā rajona tiesa</i>)
ADRJVTN	Palácio da Justiça de Valmiera (<i>Valmieras tiesu nams</i>) do Tribunal Administrativo de Círculo (<i>Administratīvā rajona tiesa</i>)
AIRT	Tribunal de Comarca de Aizkraukle (<i>Aizkraukles rajona tiesa</i>)
ALRT	Tribunal de Comarca de Alūksne (<i>Alūksnes rajona tiesa</i>)
BSRT	Tribunal de Comarca de Bauska (<i>Bauskas rajona tiesa</i>)
CERT	Tribunal de Comarca de Cēsis (<i>Cēsu rajona tiesa</i>)
DAUT	Tribunal de Daugavpils (<i>Daugavpils tiesa</i>)
DORT	Tribunal de Comarca de Dobeles (<i>Dobeles rajona tiesa</i>)
GURT	Tribunal de Comarca de Gulbene (<i>Gulbenes rajona tiesa</i>)
JELT	Tribunal de Jelgava (<i>Jelgavas tiesa</i>)
JERT	Tribunal de Comarca de Jēkabpils (<i>Jēkabpils rajona tiesa</i>)
KURT	Tribunal de Comarca de Kuldīga (<i>Kuldīgas rajona tiesa</i>)
LIET	Tribunal de Liepāja (<i>Liepājas tiesa</i>)
LIRT	Tribunal de Comarca de Limbaži (<i>Limbažu rajona tiesa</i>)
MART	Tribunal de Comarca de Madona (<i>Madonas rajona tiesa</i>)
OGRT	Tribunal de Comarca de Ogre (<i>Ogres rajona tiesa</i>)
REZT	Tribunal de Rēzekne (<i>Rēzeknes tiesa</i>)
RPT	Tribunal de cidade de Riga (<i>Rīgas pilsētas tiesa</i>)
RLPT	Tribunal de Riga-Cidade (<i>Rīgas pilsētas Latgales priekšpilsētas tiesa</i>)
RVPT	Tribunal da comarca de Vidzeme, Riga (<i>Rīgas pilsētas Vidzemes priekšpilsētas tiesa</i>)
RZRT	Tribunal de Comarca de Riga-Cidade (Norte) (<i>Rīgas pilsētas Ziemeļu rajona tiesa</i>)
RIRT	Tribunal distrital de Riga (<i>Rīgas rajona tiesa</i>)
SART	Tribunal de Comarca de Saldus (<i>Saldus rajona tiesa</i>)
SIRT	Tribunal de Sigulda (<i>Siguldas tiesa</i>)

TART	Tribunal de Comarca de Talsi (<i>Talsu rajona tiesa</i>)
TURT	Tribunal de Comarca de Tukums (<i>Tukuma rajona tiesa</i>)
VART	Tribunal de Comarca de Valka (<i>Valkas rajona tiesa</i>)
VLRT	Tribunal de Comarca de Valmiera (<i>Valmieras rajona tiesa</i>)
VENT	Tribunal de Ventspils (<i>Ventspils tiesa</i>)
ELT	Tribunal Económico (<i>Ekonomisko Lietu Tiesas</i>)

Última atualização: 05/04/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Lituânia

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é a Administração Nacional dos Tribunais, sita em L.Sapiegos gatvė 15, LT-10312 Vilnius, Lituânia. Telefone: +370 5 266 29 81; e-mail: info@teismai.lt.

Código do país

O código do país para a Lituânia é [LT].

Criação do ECLI nacional

O ECLI ainda não é utilizado na Lituânia.

Última atualização: 07/04/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Luxemburgo

O Luxemburgo está atualmente a estudar a possibilidade de passar a utilizar o Identificador Europeu da Jurisprudência (European Case Law Identifier – ECLI).

Última atualização: 20/12/2018

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Hungria

De momento não existem quaisquer planos para a introdução do ECLI na Hungria.

Última atualização: 07/04/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Malta

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI são os Tribunais de Malta (courts.csa@courtservices.mt).

Código do país

O código do país para Malta é: [MT]

Implementação do ECLI a nível nacional

Em Malta, o número ECLI não pode ser construído a partir das informações para acesso público às sentenças. É criado automaticamente no momento em que a sentença é inserida no sistema dos tribunais.

Última atualização: 13/10/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Países Baixos

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é o Conselho Superior da Magistratura (*Raad voor de rechtspraak*). O coordenador pode ser contactado através do seguinte correio eletrónico: kennissystemen@rechtspraak.nl

Código de país

O código dos Países Baixos é: [NL]

Composição do ECLI a nível nacional

O ECLI foi introduzido nos Países Baixos em 28 de junho de 2013. O ECLI pode ser atribuído a:

todas as decisões judiciais publicadas no sítio Web do [Conselho Superior da Magistratura](#);

todas as decisões disciplinares publicadas no sítio Web oficial comum das [instâncias disciplinares](#);

todas as decisões judiciais que não forem publicadas nos sítios Web indicados nas alíneas a) e b), mas em revistas ou bases de dados, tanto comerciais como de acesso livre. Os editores de revistas ou os administradores de bases de dados que pretendam registar as decisões por eles publicadas podem inscrever-se através do endereço eletrónico acima indicado.

todas as decisões judiciais mantidas numa base de dados interna do Conselho Superior da Magistratura.

Independentemente da publicação das decisões nos sítios acima referidos, todos os ECLI neerlandeses, juntamente com pelo menos o nome da instância que proferiu a decisão, a data em que foi proferida e o número do processo, podem ser consultados em rechtspraak.nl

Se forem conhecidas, serão também indicadas as referências de publicação das decisões em revistas e bases de dados.  O ECLI neerlandês é constituído pelos seguintes elementos:

«ECLI»;

código de país: «NL»;

código do órgão jurisdicional, [ver a secção « Códigos dos principais órgãos jurisdicionais» (*Gerechtscode*)];

ano da decisão;

número de série. Existem duas possibilidades:

Anteriormente a 28 de junho de 2013, era atribuído um número de jurisprudência nacional (LJN – *Landelijk Jurisprudentie Nummer*) a quase todas as decisões neerlandesas publicadas. O LJN era sempre composto por duas letras e quatro algarismos, por exemplo: «AB1234». Por motivos de continuidade, o LJN foi incluído no código ECLI, constituindo o seu quinto elemento.

A partir de 28 de junho de 2013, os LJN deixaram de ser atribuídos. Todas as decisões às quais foi atribuído, após essa data, um ECLI contêm um número de série formado exclusivamente por algarismos. O que também pode ser o caso de algumas decisões proferidas anteriormente a 28 de junho de 2013.

Códigos dos principais órgãos jurisdicionais

Nos Países Baixos existem vários órgãos jurisdicionais. Os códigos dos principais órgãos jurisdicionais neerlandeses estão indicados do quadro seguinte.

Tribunais superiores	
HR	Supremo Tribunal (<i>Hoge Raad</i>)
PHR	Ministério Público junto do Supremo Tribunal (Advogado-Geral) (<i>Parket bij de Hoge Raad</i>)
RVS	Conselho de Estado (<i>Raad van State</i>)
CRVB	Tribunal de última instância em matéria de segurança social (<i>Centrale Raad van Beroep</i>)
CBB	Tribunal de última instância em matéria de comércio e indústria (<i>College van Beroep voor het bedrijfsleven</i>)
Tribunais de recurso (<i>Appelgerechten</i>)	
GHAMS	<i>Gerechtshof Amsterdam</i>
GHARL	<i>Gerechtshof Arnhem-Leeuwarden</i>
GHDHA	<i>Gerechtshof Den Haag</i>
GHSHE	<i>Gerechtshof 's-Hertogenbosch</i>
Tribunais de comarca (<i>Rechtbanken</i>)	
RBAMS	<i>Rechtbank Amsterdam</i>
RBDHA	<i>Rechtbank Den Haag</i>
RBGEL	<i>Rechtbank Gelderland</i>
RBLIM	<i>Rechtbank Limburg</i>
RBMNE	<i>Rechtbank Midden-Nederland</i>
RBNHO	<i>Rechtbank Noord-Holland</i>
RBNNE	<i>Rechtbank Noord-Nederland</i>
RBOBR	<i>Rechtbank Oost-Brabant</i>
RBOVE	<i>Rechtbank Overijssel</i>
RBROT	<i>Rechtbank Rotterdam</i>
RBZWB	<i>Rechtbank Zeeland-West-Brabant</i>

Todos os códigos dos órgãos jurisdicionais

A lista completa dos códigos dos órgãos jurisdicionais neerlandeses, indicada por ordem alfabética, pode ser consultada  [aqui](#). Junto dos órgãos já não existentes encontra-se a indicação «extinto» (*opgeheven*).

Última atualização: 08/01/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Áustria

Coordenador nacional do ECLI

Ministério Federal dos Assuntos Digitais e Económicos [Bundesministerium für Digitalisierung und Wirtschaftsstandort]

Administração pública em linha – Gestão de projetos e programas (Departamento I/5) [Digitales und E-Government – Programm – und Projektmanagement (Abt. III/5)]

Stubenring 1

A-1010 Viena

Helmut Weichsel

Telefone: +43 153115/204211

Fax: +43 153109/204211

Correio eletrónico:  helmut.weichsel@bmdw.gv.at

Código do país

Código ECLI para a Áustria: [AT]

Criação do ECLI nacional

É atribuído um ECLI quando as decisões dos  [tribunais e autoridades a seguir indicados](#) são publicadas na Internet.

Tribunal Constitucional [*Verfassungsgerichtshof*]

Supremo Tribunal [*Oberster Gerichtshof*] e outros tribunais

Tribunal Administrativo Federal [*Bundesverwaltungsgericht*]
Tribunal Fiscal Federal [*Bundesfinanzgericht*]
Tribunais administrativos regionais [*Landesverwaltungsgerichte*]
Autoridade de proteção de dados [*Datenschutzbehörde*]
Última atualização: 08/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Polónia

De momento, não existem quaisquer planos para a implementação do European Case Law Identifier na Polónia.

Última atualização: 08/12/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Portugal

Coordenador nacional do ECLI

Morada: Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa – Portugal

Telefone: +351 213 220 020

Fax: +351 213 474 918

E-mail: esm@esm.org.pt

Website: <https://www.esm.org.pt/>

Código do país

O código do país para Portugal é [PT].

Criação do ECLI nacional

Portugal concluiu a introdução do identificador europeu da jurisprudência (ECLI) em Novembro de 2018, ao abrigo de um projeto cofinanciado pela União Europeia através do Programa para a Justiça 2014-2020 da Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores (DG JUST), numa iniciativa conjunta do Conselho Superior da Magistratura e do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

O identificador ECLI abrange, atualmente, as decisões de Tribunais Superiores, nomeadamente:

Supremo Tribunal de Justiça

Tribunal da Relação de Coimbra

Tribunal da Relação de Évora

Tribunal da Relação de Guimarães

Tribunal da Relação de Lisboa

Tribunal da Relação do Porto

Através do sítio Web <https://jurisprudencia.esm.org.pt/>, tem-se acesso a um novo motor de pesquisa de jurisprudência nacional com o identificador europeu atribuído.

O ECLI, em Portugal, é construído com base nos seguintes domínios:

«ECLI»;

O código do país: «PT»

O código do órgão jurisdicional: «STJ», «TRL», «TRP», «TRC», «TRE» ou «TRG» (atualmente o ECLI está disponível para identificação das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelos Tribunais das Relações de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Guimarães);

O ano da decisão;

Um número de série que, no caso português, terá por base o número de processo (acrescido, por vezes, dos caracteres identificadores apostos aquando da distribuição dos processos nos tribunais superiores).

Todos os componentes são separados por dois pontos.

Um exemplo de um ECLI português:

Ao identificador **ECLI:PT:TRC:2017:198.15.3GCACB.C1**, corresponde a decisão proferida em Portugal (PT), pelo Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), em 2017, no processo 198/15.3GCACB

Última atualização: 18/12/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Roménia

Coordenador nacional do ECLI

O Ministério da Justiça é o coordenador nacional do ECLI – dti@just.ro

Código de país

O código de país da Roménia é [RO]

Composição do ECLI a nível nacional

O ECLI foi introduzido nos órgãos jurisdicionais romenos no final de 2015.

O ECLI é automaticamente atribuído, através do sistema eletrónico de gestão de processos (ECRIS), às decisões proferidas desde 2007 pelos órgãos judiciais (Supremo Tribunal de Cassação e de Justiça, Tribunais da Relação, Tribunais de Comarca e Tribunais Distritais). O ECLI é também visível em suporte papel, no caso de decisões proferidas a partir de 15 de dezembro de 2015.

Atualmente, não existe uma base de dados da jurisprudência em linha ligada ao motor de pesquisa do Portal Europeu da Justiça. No entanto, existe uma base de dados - [ROLII](#) (atualmente em desenvolvimento) - na qual, após serem extraídas do ECRIS, são anonimamente publicadas todas as decisões proferidas pelos órgãos jurisdicionais romenos em 2010.

O ECLI romeno é composto pelos seguintes elementos:

«ECLI»;

Código de país «RO»;

Código do órgão jurisdicional - pode encontrar a lista dos códigos [aqui](#)  (256 Kb) [ro](#).

O ano da decisão;

Um número de série composto pelo número interno do registo eletrónico no sistema ECRIS (único ao nível do órgão jurisdicional) e pelo número da decisão tal como atribuído no registo das decisões do órgão jurisdicional (único ao nível do registo).

Exemplo:

O código ECLI atribuído a uma decisão proferida pelo Tribunal Distrital de Bucareste 4 poderá ser o seguinte: ECLI:RO:JDS4B:2017:001.004053, no qual «JDS4B» corresponde ao código do órgão jurisdicional, «2017» ao ano da decisão, «001» ao número interno do registo eletrónico no sistema ECRIS e «004053» ao número da decisão.

Última atualização: 07/12/2021

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Eslovénia

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI da Eslovénia é o:

Supremo Tribunal da República da Eslovénia

Departamento de Registos

Tavčarjeva 9,

1000 Ljubljana

Eslovénia

E-mail para contacto:  ecli.vrs@sodisce.si

Pessoa de contacto: Gregor Stojin

Código do país

O código do país para a Eslovénia é: [SI]

Implementação do ECLI a nível nacional

Em 1 de outubro de 2011, a Eslovénia introduziu o ECLI como parte integrante de todos os documentos existentes publicados nas  [bases de dados de jurisprudência dos seus tribunais](#). Todos os novos documentos que se introduzam nas bases de dados de jurisprudência receberão igualmente o ECLI. O ECLI será também incluído em todas as novas decisões judiciais num futuro próximo.

Todos os ECLIs são criados automaticamente a partir dos dados existentes.

Todos os editores privados de documentos de jurisprudência foram informados sobre o ECLI e a maior parte deles têm já atribuído um ECLI a documentos publicados.

Códigos de tribunais:

VSRS: Supremo Tribunal da República da Eslovénia (Vrhovno sodišče Republike Slovenije)

USRS: Tribunal Constitucional da República da Eslovénia (Ustavno sodišče Republike Slovenije)

VSCE: Tribunal Superior de Celje (Višje sodišče v Celju)

VSKP: Tribunal Superior de Koper (Višje sodišče v Kopru)

VSLJ: Tribunal Superior de Liubliana (Višje sodišče v Ljubljani)

VSMB: Tribunal Superior de Maribor (Višje sodišče v Mariboru)

UPRS: Tribunal Administrativo da República da Eslovénia (Upravno sodišče Republike Slovenije)

VDSS: Tribunal Superior Social e de Trabalho (Višje delovno in socialno sodišče)

Nota: Os códigos dos tribunais são constituídos por quatro letras. Atualmente, apenas constam da lista de tribunais participantes os tribunais de recurso, o Supremo Tribunal e o Tribunal Constitucional da República da Eslovénia, cujas decisões são já publicadas em bases de dados de jurisprudência de âmbito nacional. Os outros órgãos jurisdicionais e instituições serão incluídos no futuro.

Ano da decisão:

O ano em que a decisão foi emitida (...).

Número de referência:

O número ordinal regular, adiante: RON), por exemplo, II Ips 123/2005), de um tribunal em especial [campo: Odločba (= decisão)] é utilizado como base da formação do número ordinal do ECLI, adiante: NOE).

Outras palavras (por exemplo, Sodba, Sklep, etc.) que possam fazer parte do campo Odločba não são consideradas parte integrante do NOR e são omitidas /eliminadas na formação do NOE.

O ano, que constitui parte integrante do NOR, continua a fazer parte do NOE.

Uma vez que os números ordinais regulares incluem sinais como traços, barras ou espaços, no âmbito do formato ECLI, cada um destes deve ser substituído por um ponto final (por exemplo, II Ips 123/2005 passa a II.Ips.123.2005; I.k.123456.2010 i K 123456/2010, etc.).

As regras gerais para o NOE estão sujeitas às exceções referidas infra nos casos especiais.

Casos particulares:

A: Quando uma decisão conjunta tem dois ou mais NOR, apenas o primeiro NOR é utilizado na formação do ECLI. «A» deverá ser acrescentado no final do NOE em tais casos. O acesso aos outros NOR pode ser feito através dos metadados do documento.

Exemplo:

Sodba II Ips 49/2008 and II Ips 28/2011

ou seja, o ECLI é:

ECLI:SI:VSRS:2008:II.IPS.49.2008.A

B: Quando uma decisão tem apenas um NOR que é análogo a outras decisões com NOR diferentes, estas últimas decisões não foram inseridas nas bases de dados de jurisprudência. O primeiro RON é utilizado na criação do ECLI e os restantes são mencionados como «igual a» nos metadados. Os restantes RON são utilizados para criar os ECLI que são indicados na base de dados relativa a decisões análogas.

Exemplo:

Sodba VIII Ips 432/2009, same as VIII Ips 50/2009 and VIII Ips 448/2009, VIII Ips 28/2009

ou seja, o ECLI é:

ECLI:SI:VSRS:2009:VIII.IPS.432.2009,

igual a:

ECLI:SI:VSRS:2009:VIII.IPS.50.2009

ECLI:SI:VSRS:2009:VIII.IPS.448.2009

ECLI:SI:VSRS:2009:VIII.IPS.28.2009

A pesquisa dos utilizadores em relação a qualquer um destes ECLI será encaminhada para o mesmo documento.

C: No passado, em alguns casos o NOR do mesmo órgão jurisdicional podia ser duplicado porque a instituição operava em diferentes ramos e não tinha um sistema centralizado de gestão de processos (por exemplo, o UPRS). A sucursal é identificada nos metadados de um documento. Em tais casos, uma combinação de letras que representa a sucursal deverá ser acrescentada no final do NOE, com base na seguinte classificação:

Celje: **C**:

Liubliana: **L**:

Nova Gorica: **G**:

Maribor: **M**:

D: Alguns documentos penais (direito penal) na base de dados SOVS do Supremo Tribunal utilizam dois NOR no campo «Odločba». O primeiro utiliza o número ordinal (sob a forma -NN), enquanto o segundo aparece entre parêntesis (). Tal deve-se a um duplo registo dos processos durante a fase de transição prévia à introdução do sistema informatizado de gestão de processos penais.

Nestes casos, só se utiliza o primeiro RON para a criação do ECLI, a que se acrescenta o número ordinal do processo depois do ano. O outro NOR mencionado entre parêntesis é eliminado e não faz parte do ECLI.

Exemplo:

Sodba I Ips 3248/2009-39 (I Ips 10/2010)

ou seja, o ECLI é:

ECLI:SI:VSRS:2009:I.IPS.3248.2009.39

E: Em alguns casos, vários documentos do mesmo Tribunal utilizam o mesmo RON, por exemplo, as medidas provisórias e as decisões finais. Nestes casos, é aditado um número para criar o NOE. À primeira decisão (de acordo com a data de publicação) não se adita qualquer número. À seguinte adita-se «1», à seguinte «2», e assim sucessivamente. Os números são atribuídos automaticamente com base na data de publicação do documento.

Exemplo:

Sklep G 6/2011 (nota: duplicação numa série de documentos)

ou seja, os ECLIs são:

ECLI:SI:VSRS:2011:G.6.2011

ECLI:SI:VSRS:2011:G.6.2011.1

ECLI:SI:VSRS:2011:G.6.2011.2

etc.

Ligações úteis

 [Supremo Tribunal da República da Eslovénia \(Vrhovno sodišče RS\)](#)

 [Tribunal Constitucional da República da Eslovénia \(Ustavno sodišče RS\)](#)

 [Jurisprudência \(Sodna praksa\)](#)

 [Jurisprudência \(a autorização do Supremo Tribunal é obrigatória para utilizar a interface da aplicação \(API\)\)](#)

 [Jurisprudência do Tribunal Constitucional \(Sodna praksa Ustavnega sodišča RS\)](#)

Última atualização: 01/12/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Eslováquia

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é o Departamento de Informática e Gestão de Projetos do Ministério da Justiça da República da Eslováquia — endereço eletrónico:  ecli@justice.sk

Código do país

O código do país para a Eslováquia é: [SK]

Implementação do ECLI a nível nacional

O ECLI é criado no momento em que a sentença é proferida. Apenas as sentenças proferidas após 25 de julho de 2011 são classificadas de acordo com o ECLI. Se o recurso de uma decisão proferida antes de 25 de julho de 2011 for interposto após essa data, tanto a sentença recorrida como qualquer outra sentença no mesmo processo são igualmente classificadas de acordo com o ECLI.

Um exemplo do código ECLI para a República da Eslováquia:

ECLI:SK:OSBA1:2011:0123456789.123

OSBA1 = acrónimo para o tribunal

2011 = ano

0123456789 = IČS (número de identificação do processo)

123 = número de ordem da decisão no processo

Última atualização: 27/02/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas

respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Finlândia

A Finlândia utilizará o Identificador Europeu da Jurisprudência (ECLI) em todas as bases de dados de jurisprudência do Finlex, o banco de dados jurídico nacional.

Coordenador nacional do ECLI

O coordenador nacional do ECLI é Aki Hietanen, do Ministério da Justiça finlandês. Endereço de correio eletrónico: finlex@om.fi.

Código do país

O código do país para a Finlândia é [FI].

Criação do ECLI nacional

A Finlândia utilizará o Identificador Europeu da Jurisprudência (ECLI) em todas as bases de dados de jurisprudência do Finlex, o banco de dados jurídico nacional. A utilização do identificador foi inicialmente testada nas bases de dados de jurisprudência do Supremo Tribunal Finlandês (*korkein oikeus*) e do Supremo Tribunal Administrativo (*korkein hallinto-oikeus*). O identificador será igualmente utilizado nas bases de dados dos tribunais de recurso (*hovioikeudet*), dos tribunais administrativos (*hallinto-oikeudet*) e dos tribunais de competência especializada (*erityistuomioistuimet*). Em 2017, os metadados das sentenças foram enriquecidos com os metadados do ECLI. Os metadados da *Dublin Core Metadata Initiative* já estão a ser utilizados nas bases de dados de jurisprudência do Finlex.

O ECLI é igualmente utilizado na base de dados de doutrina jurisprudencial do Finlex, que contém referências a decisões judiciais assentes na doutrina jurídica finlandesa desde 1926. A jurisprudência consiste em acórdãos proferidos, nomeadamente, pelo Supremo Tribunal Finlandês, pelo Supremo Tribunal Administrativo, pelos tribunais de recurso, pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e pelo Tribunal de Justiça da União Europeia.

Criação do ECLI nacional

Supremo Tribunal: ECLI:FI:KKO:2017:21

Supremo Tribunal Administrativo: ECLI:FI:KKO:2017:63

- Resumos de processos: ECLI:FI:KHO:2010:T3764

Tribunais de recurso:

Tribunal de Recurso de Helsínquia (*Helsingin hovioikeus*) – ECLI:FI:HELHO:2011:5

Tribunal de Recurso da Finlândia Oriental (*Itä-Suomen hovioikeus*) – ECLI:FI:ISHO:2011:4

Tribunal de Recurso de Kouvola (*Kouvolan hovioikeus*) – ECLI:FI:KOUHO:2009:3

Tribunal de Recurso de Rovaniemi (*Rovaniemen hovioikeus*) – ECLI:FI:RHO:2010:8

Tribunal de Recurso de Turku (*Turun hovioikeus*) – ECLI:FI:THO:2011:2

Tribunal de Recurso de Vaasa (*Vaasan hovioikeus*) – ECLI:FI:VHO:2011:7

Tribunais administrativos:

Tribunal Administrativo de Helsínquia (*Helsingin hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:HELHAO:2011:11.0378.255

Tribunal Administrativo de Hämeenlinna (*Hämeenlinnan hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:HAMHAO:2011:11.0378.255

Tribunal Administrativo de Kouvola (*Kouvolan hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:KOUHAO:2011:11.0379.25

Tribunal Administrativo de Kuopio (*Kuopion hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:KUOHAO:2011:11.0377.25

Tribunal Administrativo de Oulu (*Oulun hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:OULHAO:2011:11.0375.25

Tribunal Administrativo de Rovaniemi (*Rovaniemen hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:ROVHAO:2011:11.0373.25

Tribunal Administrativo de Turku (*Turun hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:TURHAO:2011:11.0293.15

Tribunal Administrativo de Vaasa (*Vaasan hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:VAHAO:2011:11.0371.25

Tribunal Administrativo de Alanda (*Ahvenanmaan hallinto-oikeus*) – ECLI:FI:AALHAO:2011:11.0372.25

Tribunal da Segurança Social (*Vakuutusoikey*) – ECLI:FI:VAKO:2016:3003

Tribunal de Trabalho (*Työtuomioistuin*) – ECLI:FI:TT:2016:128

Tribunal de Mercado (*Markkinaoikeus*) – ECLI:FI:MAO:2010:595

Ligações úteis

[Finlex – banco de dados jurídicos nacional](#)

Última atualização: 22/11/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Suécia

{0>Sweden is not yet in a position to implement ECLI.<}39{>A Suécia não reúne ainda as condições necessárias para a implementação do ECLI.<0}

Última atualização: 05/12/2023

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Inglaterra e País de Gales

Embora ainda não tenha sido tomada qualquer decisão final sobre a adoção do Identificador Europeu da Jurisprudência (ECLI), o Reino Unido está a estudar esta possibilidade.

Última atualização: 30/01/2017

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Irlanda do Norte

Embora ainda não tenha sido tomada uma decisão final sobre a aplicação do identificador europeu de jurisprudência, o Reino Unido está a estudar várias opções.

Última atualização: 13/09/2019

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Identificador europeu da jurisprudência (ECLI) - Escócia

Embora ainda não tenha sido tomada qualquer decisão final sobre a adoção do Identificador Europeu da Jurisprudência (ECLI), o Reino Unido está a estudar esta possibilidade.

Última atualização: 04/05/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.